

Quem faz o quê

O 111º Estágio do Plano Siderúrgico Nacional, em fase final de execução, tem praticamente, todo os seus equipamentos em operação. Por sua vez, o IVº Estágio, segundo o próprio Ministério da Indústria e do Comércio, não será desencadeado antes de 3 ou 4 anos. As siderúrgicas Açominas e Tubarão também não representam boas perspectivas de demanda, já que seus equipamentos, de um modo geral, já foram contratados. Portanto, na área da Siderbrás, que representa em torno de 90% dos investimentos no setor siderúrgico, as perspectivas para os fabricantes não são nada alentadoras.

Energia elétrica — em 79, o setor elétrico representava 12% da demanda total de bens de capital sob encomenda. Já em 81, sua participação passava para 9%. Para 84, a previsão é de apenas 7,5%. Essa estimativa teve como referência básica o chamado Plano 2000 — plano de suprimento de energia elétrica até o ano 2000, definindo o programa de obras que entrarão em operação de 82 a 85 bem como os correspondentes investimentos de geração, transmissão e distribuição. Em função da escassez de recursos, o Plano 2000 largou o cronograma de suas obras, incluindo as de Itaipu. Tal fato incide direta e negativamente sobre a demanda de equipamentos destinados ao setor elétrico.

Petroquímico e químico — o setor petróleo é o que, atualmente, apresenta os melhores índices de demanda de equipamentos sob encomenda. Os investimentos da Petrobrás vem se concentrando nas áreas de produção e exploração com índices de nacionalização crescentes na compra de máquinas e equipamentos, atingindo 78%, em 81, segundo relatório da própria Petrobrás. Para 82, está previsto um índice de 80% de nacionalização. Já para o período 83/84 a previsão é de 85% de nacionalização.

Em relação ao setor petroquímico e químico não foi realizado nenhum investimento de vulto em 81 e não há perspectivas de que algum venha a se realizar ainda neste ano. No global, o setor petróleo/petroquímico/químico vem aumentando sua participação na demanda de bens por equipamentos sob encomenda de 11% em 79 para 17,5% em 81, devendo atingir 26% em 84.

Mineração — Esse é o setor que, juntamente com o petróleo, apresenta os melhores desempenhos em termos de volume de encomendas de equipamentos, pois inclui os dois grandes programas de Carajás e Procarvão. Quanto a Carajás, o acordo assinado na CACEX com índice de nacionalização de 80% para o projeto de minério de ferro vem colocando algumas encomendas junto à indústria nacional. Quanto ao Procarvão, alguns projetos foram aprovados, porém as encomendas estão paradas. Para o Procarvão a meta para 85 é de 17 milhões de toneladas em volume de encomendas.

Alcool e alcooquímica — O Proálcool manteve ritmo de desenvolvimento até setembro de 81, sendo que nos últimos três meses as encomendas foram paralisadas e os financiamentos cessaram, restando uma expectativa de ociosidade de 50% na indústria para o primeiro semestre de 82 e de 100% para o segundo semestre.

A demanda de automóveis movidos a álcool, apesar da leve reação em maio, não deverá atingir volumes maciços, ou seja, acima de 300 mil unidades por ano. Segundo a ABDIB, o aumento previsto da quantidade de álcool armazenado de até 3 ou 4 bilhões de litros levará ao recrudescimento total das instalações de novas usinas nos próximos três ou quatro anos.

Ferroviário — A indústria de materiais e equipamentos ferroviários produziu, em 81, 766 vagões completos, 300 locomotivos para exportação, 274 carros de passageiros para os metrô, subúrbios e trens metropolitanos, 56 locomotivas, além de peças e componentes para reposição da frota nacional. Tal desempenho significa uma queda real de produção da ordem de 48% na linha de vagões de carga, 5% na de locomotivas e o crescimento de 4% na fabricação de carros de passageiros em relação ao ano de 80. Levando-se em conta a capacidade real de produção das empresas — 9000 vagões, 800 carros metrô-ferroviários e 330 locomotivas por ano — vê-se, de imediato, os maus resultados do setor no ano passado. O segmento que enfrenta a situação mais crítica é o de locomotivas.

No primeiro semestre de 82, a indústria ferroviária brasileira produziu 339 vagões de carga, 97 carros de passageiros e 62 locomotivas diesel elétricas. Comparados com o primeiro semestre de 81, esses números representam uma queda de 3,7% na produção de vagões de carga,

39% na de carros de passageiros e um "crescimento" de 463% na de locomotivas. Esse aparente crescimento se deve ao fato de que, no ano passado, foi produzida uma única locomotiva nos primeiros cinco meses. A previsão é de que 83 deverá ser um ano ainda pior que o de 81, tido como o do "fundo do poço".

Quanto às exportações, o primeiro semestre de 82 encerrou com o total de cerca de 9 milhões de dólares em vagões de carga para a Tunísia, México, Chile e Moçambique e componentes para diversos países, inclusive Moçambique e Tunísia. Em 81, as exportações somaram 40 milhões de dólares, significando uma queda de 51% se comparados os valores correntes em dólares como os de 80.

Naval — Em 80, a participação do segmento naval no montante global da demanda de bens sob encomenda era de 30%. Já para 82, esse total está previsto em 28,4%. Para 84, a estimativa é de uma participação ainda menor: 26,5%. Essa projeção baseia-se, essencialmente, no Plano Permanente de Construção Naval da SUNAMAM que estabelece a contratação junto aos estaleiros de 1 milhão de toneladas porte bruto ao ano até 83.

"Vejo um ano de 83 ainda pior que os dias de hoje", ressalta Roberto Caiuby. "A queda brutal das exportações está aí: além da situação externa de recessão as medidas adicionais internas ditadas pelo Governo vêm a piorar ainda mais as coisas". Também dramático e pessimista, Duarte Francisco Moraes, presidente da Associação Brasileira da Indústria Ferroviária — ABIFER — e diretor-presidente da FRESINBRA Industrial S/A, propõe no "Plano de Emergência" encaminhado aos ministérios do Transporte e Planejamento, ainda no final do primeiro semestre deste ano, "um nível mínimo de encomendas capaz não apenas de evitar que a grave situação suportada pelo setor nos últimos anos evolua para o desmantelamento do segmento ferroviário da indústria de bens de capital sob encomenda como também de permitir que a sua capacidade exportadora se consolide".

Enquanto em 81 o nível de ociosidade das indústrias de bens de capital sob encomenda foi de, aproximadamente, 40%, já em 82 a estimativa é de 45 a 50% de ociosidade.

No mercado de máquinas e equipamentos industriais — não eletrônicos e sob encomenda e seriados — o panorama também não se revela de nada alentador. Dentre as diversas categorias de indústrias, as mais afetadas são as de máquinas-ferramentas, ou seja, fabricantes dos elementos indispensáveis para o funcionamento de outras máquinas que vão, por sua vez, acionar outras indústrias (por exemplo: tornos, fresadeiras, prensas, etc). Tais empresas operam, atualmente, com um nível médio de atividade de 40% em relação ao ano de 80, conservando de 60 a 70% da mão-de-obra utilizada há dois anos atrás. Mão-de-obra, por sinal, de duas a 3 vezes mais cara que a dos outros setores industriais de bens de transformação em geral.

O setor de produção de máquinas para o mercado têxtil é o segundo mais atingido, funcionando, hoje, com um nível médio de atividade pouco superior a 50% se comparado ao ano de 80.

Em termos de produção, o setor de máquinas e equipamentos apresentou, no primeiro semestre de 82, uma queda efetiva de 8% em relação a igual período em 81.

Quanto às exportações, houve uma queda de 15,5% nos primeiros quatro meses deste ano em relação a igual período de 81. A recessão internacional com o fechamento dos mercados do México, Argentina, Chile, Estados Unidos e Argélia, entre outros, foi um dos mais sérios agravantes.

Quanto ao número de empregos diretos no setor, desde outubro de 80 a média de utilização de mão-de-obra sofreu uma queda de 20%. Só de janeiro a julho deste ano, a redução no número de pessoas empregadas chegou a 7% em relação aos números de outubro de 80.

O maior receio, hoje, das indústrias do setor é o de que, se prolongada pelo prazo máximo previsto de um ano esta situação poderá acarretar danos irreparáveis a toda a tecnologia brasileira, comprometendo não só a modernização do parque industrial em si como também o próprio poder de competitividade do Brasil no mercado externo. Desde o final de 80, as indústrias vêm recorrendo ao Governo solicitando melhores condições de financiamento e maior facilidade para a importação de componentes não similares no mercado interno. As medidas até agora tomadas pelo FINAME não foram suficientes para inverter a atual situação.

A esperada reativação para este 2º semestre de 82 não vem ocorrendo. Reativação essa que significa a perspectiva de, pelo menos, dentro de 1 a 2 anos retornar aos níveis de 2 anos atrás.